



Pandemia: TCEs devem fiscalizar oferta de ensino

Nota do Comitê Técnico de Educação sugere ações de controle, tanto no período de suspensão de aulas como na retomada das atividades

O Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), organismo vinculado aos Tribunais de Contas do país, encaminhou nota técnica a estes órgãos de fiscalização e controle com sugestões e recomendações para se reduzir os impactos negativos gerados pela suspensão das aulas nas redes de ensino municipais e estaduais em função das ações de enfrentamento à pandemia de coronavírus.

De acordo com o presidente do CTE-IRB, Cezar Miola, conselheiro do TCE-RS, a situação de crise impacta fortemente não apenas a saúde e a economia, mas também outra área sensível do país, a Educação. "Os órgãos de controle têm condições de atuar de forma orientadora, preventiva e indutora na mitigação dos efeitos negativos da suspensão das aulas para as crianças

EAD PREOCUPA

- O Comitê sugeriu o monitoramento das redes de ensino para verificar se estão apoiando os docentes para que desenvolvam conteúdo e atividades a distância.
- Pesquisa do Instituto Peninsula1 (ver em bit.ly/2y5Ca02) apontou que somente 43,1% dos docentes das redes estaduais, e 32,5%, das redes municipais estão interagindo remotamente com seus alunos (frente a 60% da rede privada).

e jovens brasileiros", disse.

As sugestões compreendem ações para as fases de isolamento social e fechamento das escolas e retomada das atividades. Entre elas, estão o acompanhamento da oferta de atividades a distância para os estudantes, principalmente para aqueles em

contextos socioeconômicos mais vulneráveis e o incentivo à distribuição dos alimentos perecíveis existentes nas escolas para as famílias, mediante parceria com instituições de assistência social.

A nota ainda destaca a necessidade da busca ativa dos alunos que podem não retornar à escola após as atividades serem retomadas e a sugestão para que gestores elaborem planos de ação, contendo as medidas de reorganização do calendário escolar, incluindo recuperação das aulas, com atividades no turno e contraturno. O documento contou com subsídios do Instituto Articule e do Interdisciplinariade Evidências no Debate Educacional (Iede), que mantêm acordo de cooperação técnica com o IRB. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) também divulgou trabalho a respeito.

AGENDA DO ENSINO

- **On-Line:** O Sebrae RS preparou uma programação intensa para a semana de 13 a 17/4. As atividades começam com a palestra "Como Desenvolver uma Equipe Empreendedora em Tempos de Crise", que acontece no dia 13/4, às 16h, com a consultora e consultora nas áreas de empreendedorismo, gestão estratégica e inovação em modelos de negócio, Ana Carolina Borges. Mais detalhes: sebraers.com.br/coronavirus.
- **Cesuca:** Com o intuito de auxiliar empreendedores de Cachoeirinha e região a lidar com a situação atual e criar outras estratégias de mercado, a Cesuca - Faculdade Inedi, anunciou, o "Ação Cesuca", que já está com inscrições abertas e estima atender 30 empresas locais. Inscrições até 30/4, no link bit.ly/3a1eLuz/.

■ **Estágio:** A unidade de Porto Alegre (RS) da Defensoria Pública da União (DPU) está com inscrições abertas para estágio em Direito. O estágio destina-se a estudantes de Direito matriculados a partir do 5º semestre até o 7º semestre, que tenham comprovadamente concluído 40% do curso e média mínima geral 7,0. As vagas são para a formação de cadastro de reserva e atuação na capital. A inscrição é gratuita e será realizada via internet até dia 20/4 no site do CIEE (candidatando-se à vaga 20/15849-2) e pelo preenchimento do formulário. O Edital completo pode ser acessado em: bit.ly/editalestagioDPUabril2020.

Garantia do aprendizado é o foco

O documento enviado aos Tribunais de Contas aponta ações a serem feitas durante o fechamento de escolas e, também, para depois da retomada das aulas presenciais. No primeiro período estão sugestões como a busca de informações sobre ações empreendidas pelas redes públicas, visando a garantir o acesso dos alunos aos conteúdos de aula e a procura de articulação com canais de TV e de rádio disponíveis para que conteúdos pedagógicos sejam oferecidos ao maior número de alunos possível. O documento também aponta a necessidade de examinar se as redes estão

atuando no planejamento e na elaboração de estratégias para garantir o cumprimento da carga mínima anual de 800 horas.

Já, após a retomada das aulas presenciais, o Comitê sugere a busca de formas para aferir a qualidade e cobertura do atendimento a distância durante o período de isolamento e as medidas para recuperar os conteúdos. Também aponta a importância da análise de legalidade e regularidade das despesas necessárias para recomposição do calendário escolar; o acompanhamento de como será viabilizada a alimentação dos alunos, e de como se dará o transporte escolar.

PESQUISA

Falta estrutura para EAD no RS

Cerca de 27% dos estudantes do Rio Grande do Sul não possuem estrutura mínima para acompanhar aulas ministradas a distância, modalidade que está sendo adotada por muitas instituições de ensino devido à pandemia do coronavírus (Covid-19). A informação é do levantamento realizado pela plataforma Quero Bolsa, que utilizou as respostas dos questionários socioeconômicos respondidos por estudantes que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), nos últimos cinco anos.

O estudo definiu que "estrutura

mínima" para aulas a distância seria ter acesso à Internet e a pelo menos um dispositivo para assistir o conteúdo, seja um computador ou um celular.

O resultado do levantamento foi que, dentre os estudantes gaúchos, que responderam aos questionários do Enem nesses cinco anos, 72,7%, alegaram que possuem o acesso à Internet e alguns dos dispositivos citados. Os dados separados indicam que 73,4% dos estudantes possuem computador em casa; 98,7% possuem celular; e 72,8% dos alunos têm acesso à Internet.

SUBSTITUIÇÃO

Mudança na Secretaria da Educação Básica do MEC

Ilona Beckscházy, ex-comentrista da rádio CBN e consultora de Educação, assumirá a secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC). Quem estava no cargo era Janio Macedo, que pediu demissão na quinta-feira (9/4), segundo o MEC, por razões pessoais. A pasta agradeceu o trabalho de Janio, "servidor público do Banco do Brasil, que comandou a secretaria durante quase um ano, e deseja sucesso em seus novos projetos pessoais. Sua dedicação para ajudar o país a sair dos piores índices do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) é uma de suas marcas", publicou em nota.

Fontes ligadas ao ministério, porém informaram que o ex-secretário estava descontente havia meses por discordar de posições adotadas pelo mi-

nistro Abraham Weintraub. Já Ilona já vinha se posicionando fortemente a favor da atual gestão. O Ministério informou que a sua nomeação sairá nos próximos dias em publicação no Diário Oficial da União.

Sobre Ilona Beckscházy, o MEC informou, também em nota, que ela é mestre e doutora em política educacional, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ) e pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), respectivamente. Atua como consultora em estudo comparado entre países na área de educação há dez anos. No ano passado, participou do grupo de especialistas da 1ª Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe), do MEC, por sua experiência e contribuição em estudos sobre o modelo de ensino de Sobral (CE).



Professores e alunos prometem nova remessa para a próxima semana

UNISC

Mutirão produz sabão artesanal

No trabalho de combate ao coronavírus (Covid-19), várias frentes vêm sendo formadas como forma de auxiliar a população. A Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), na última quarta-feira, (8/4), realizou um mutirão para a produção de sabão artesanal. A confecção do material teve participação dos professores Wolmar Severo, Nádia Baccar, Ana Lúcia Becker Rohlfes e Rosana Schneider; da mestrandona em Tecnologia Ambiental, Luana Castro, da pesquisadora; Michele Rodrigues, e dos estudantes Giovana Luisi e Felipe Moraes.

MENSALIDADE ESCOLAR

Projeto propõe reduzir valores

A deputada Luciana Genro e os deputados Edson Brum e Dr. Thiago Duarte elaboraram projeto de lei que prevê a redução das mensalidades de escolas e universidades privadas no RS enquanto houver restrição de atividades. A proposta, elaborada em parceria com o ex-deputado Pedro Ruas, é me-

dida de proteção ao direito do consumidor e prevê a redução das mensalidades a partir da diminuição dos custos com pessoal e outras despesas correntes, como água e luz. O projeto de lei, porém, ainda não tramita na ALRS porque uma resolução da Mesa Diretora autoriza somente projetos do Executivo.